



Processo nº 2350.01.0002135/2026-69

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR
(Contratações de bens)

COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS - COTEP Nº 2351600 000002/2026		
PROCESSO ADMINISTRATIVO:	2351600 000002/2026	
CONTRATANTE:	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS - UEMG	
OBJETO:	A AQUISIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS, SOB A FORMA DE ENTREGA INTEGRAL	
VALOR TOTAL:	ORÇAMENTO SIGILOSO	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO	
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS:	NÃO	
LOCAL: Portal de Compras do Estado de Minas Gerais - http://compras.mg.gov.br/		
PERÍODO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: 05/05/2026 às 14:00h até 08/05/2026 às 08:00h		
DATA DA SESSÃO DE LANCES	HORÁRIO DA ABERTURA	HORÁRIO DO FECHAMENTO
08/05/2026	08:00 HORAS	14:00 HORAS

SUMÁRIO

- [1. PREÂMBULO](#)
- [2. OBJETO DA COTEP](#)
- [3. PARTICIPAÇÃO NA COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS - COTEP](#)
- [4. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E INGRESSO NA COTEP](#)
- [5. FASE DE LANCES](#)
- [6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS](#)
- [7. HABILITAÇÃO](#)
- [8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO](#)
- [9. CONTRATAÇÃO](#)
- [10. SANÇÕES](#)
- [11. DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

1. PREÂMBULO

1.1. Torna-se público que A Universidade do Estado de Minas Gerais, realizará procedimento de dispensa de licitação por valor, na forma eletrônica (COTEP), com o critério de julgamento de menor preço, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução SEPLAG nº 34, de 24 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis.

2. OBJETO DA COTEP

2.1. O objeto da presente cotação eletrônica de preços - COTEP é a aquisição de livros didáticos, sob a forma de entrega integral, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

2.2.

LOTE 1: HISTÓRIA DO BRASIL E AMÉRICA (GRANDES COLEÇÕES) Editoras predominantes: Edusp, Objetiva, Hucitec e Civilização Brasileira

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORA	ISBN
1	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: América Latina Colonial (Volume 1) . São Paulo: Edusp, 1997.	Edusp	978-8531404122
2	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: América Latina Colonial (Volume 2) . São Paulo: Edusp, 1999.	Edusp	978-8531404979
3	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: Da Independência a 1870 (Volume 3) . São Paulo: Edusp, 2018	Edusp	978-8531405877
4	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: de 1870 a 1930 (Volume 4) . São Paulo: Edusp, 2002	Edusp	978-8532660305
5	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: América Latina Após 1930: Estado e Política (Volume 7) . São Paulo: Edusp, 2015	Edusp	978-8532631824
6	61123	4	FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria. O Brasil Colonial (Volume 1): 1443-1580 . São Paulo: Civilização Brasileira, 2014	Civilização Brasileira	978-8520009444
7	61123	4	FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria. O Brasil Colonial (Volume 2): 1480-1720 . São Paulo: Civilização Brasileira, 2014	Civilização Brasileira	978-8520010785
8	61123	4	FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria. O Brasil Colonial (Volume 3): 1720-1821 . São Paulo: Civilização Brasileira, 2014	Civilização Brasileira	978-8520011331
9	61123	4	GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). O Brasil imperial: volume 1-1808-1831 . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.	Civilização Brasileira	978-8520008638
10	61123	4	GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). O Brasil imperial: volume 2 - 1831-1870 . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.	Civilização Brasileira	978-8520008676
11	61123	4	FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) O Brasil republicano: livro 1 : o tempo do liberalismo excluyente : da Proclamação da República à Revolução de 1930 . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.	Civilização Brasileira	978-8520006221
12	61123	4	FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.) O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário: livro 4 : Ditadura militar e redemocratização - Quarta República (1964-1985) . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.	Civilização Brasileira	978-8520013601

13	61123	3	REIS, Daniel Aarão (Coord). Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010. São Paulo: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; vol. 5)	Objetiva	978-8539005536
14	61123	4	BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2010.	Hucitec	978-8560438365

LOTE 2: TEORIA DA HISTÓRIA METODOLOGIA E ENSINO
Editoras predominantes: Vozes, Penso e Contexto

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORA	ISBN
1	61123	3	BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.	Vozes	978-8532662736
2	61123	3	BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.	Vozes	978-8532660305
3	61123	4	BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.	Vozes	978-8532631824
4	61123	3	BARROS, José D'Assunção. Teoria da história: volume 1: princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.	Vozes	978-8532624659
5	61123	3	BARROS, José D'Assunção. Teoria e formação do historiador. Petrópolis: Vozes, 2017.	Vozes	978-8532654465
6	61123	3	DE LUCA, Tania Regina. Práticas de pesquisa em história. São Paulo: Contexto, 2020.	Contexto	978-6555410174
7	61123	3	KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.	Contexto	978-8572442169
8	61123	3	FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2003.	Contexto	978-8572442510

9	61123	4	BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. [Porto Alegre]: Penso, 2018.	Penso	978-8584291151
10	61123	3	KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2012	Contexto	978-8572443616
11	61123	4	PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.	Contexto	978-8572443487

LOTE 3: HISTÓRIA GERAL, MUNDIAL E FILOSOFIA
Editoras: Paz e Terra, Paulus e Companhia das Letras

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORA	ISBN
1	61123	4	HOBSBAWM, E. J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 464p.	Paz e Terra	978-8577530991
2	61123	4	HOBSBAWM, Eric J. A Era do Capital: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.	Paz e Terra	978-8577531004
3	61123	4	HOBSBAWM, E. J. A era dos imperios: 1875-1914. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.	Paz e Terra	978-8577531011
4	61123	4	DUARTE, André. O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.	Paz e Terra	978-8521903581
5	61123	4	REALE Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia: Filosofia pagã antiga. Vol. 1. São Paulo: Paulus, 2003.	Paulus	978-8534919708
6	61123	4	REALE Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia: volume 3: do Humanismo a Descartes. São Paulo: Paulus, 2003.	Paulus	978-8534921022
7	61123	4	BRILLAT-SAVARIN, Jean-Anthelme. A fisiologia do gosto. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.	Companhia das Letras	978-8592754051
8	61123	4	WOLFFLIN, Heinrich. Conceitos fundamentais da história da arte. São Paulo: Martins Fontes, 1984	Martins fontes	978-8580632095

LOTE 4: PENSAMENTO SOCIAL, POLÍTICO E CULTURAL
Editoras: Unesp, FGV, Alameda, É Realizações, Intersaberes

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORA	ISBN
1	61123	4	BENHABIB, Seyla et. al. Debates feministas: um intercâmbio filosófico. São Paulo: Unesp, 2018.	UNESP	978-8539307654
2	61123	4	CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel (orgs). Direitos dos povos indígenas em disputa. São Paulo: Unesp, 2018.	UNESP	978-8539307159
3	61123	4	BOTO, Carlota. Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.	Unesp	978-8539306879
4	61123	4	REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.	FGV	978-8522505968
5	61123	4	SOUZA, Ricardo Luiz de. Pensamento social brasileiro: de Euclides da Cunha a Oswald Andrade. São Paulo: Alameda, 2018.	Alameda	978-8579394621
6	61123	3	LACERDA, Gustavo Biscaia de. Pensamento social e político brasileiro. Curitiba: Intersaberes, 2017.	Intersaberes	978-8559724349
7	61123	2	CHATELET, Francois; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. História das ideias políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.	Zahar	978-8571101326
8	61123	4	BOTO, Carlota. Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.	Unesp	978-8539306879

**LOTE 5: DIVERSIDADE HISTÓRICA, SOCIAL E GEOGRÁFICA
(RESIDUAL OTIMIZADO)**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORA	ISBN
1	61123	4	ANDERSON, Perry. Linhagens do estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1989.	Brasiliense	978-8539306558
2	61123	4	CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: conceitos e temas. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.	Bertrand Brasil	978-8528605457
3	61123	3	CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Campinas: Papyrus, 2014.	Papyrus	978-8530809461
4	61123	4	MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.	Companhia das Letras	978-8535933000
5	61123	2	SOUZA, Jessé. Como o racismo criou o Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.	Global	978-8526022720

6	61123	4	SPIVAK, Gayatri Chakrovorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.	Estação Brasil	978-6557330104
7	61123	4	BELTRAN, Maria Helena Roxo; TRINDADE, Laís dos Santos Pinto (org.). História da ciência e ensino: abordagens interdisciplinares. São Paulo: Livraria da Física, 2017.	Editora UFMG	978-8570418166
8	61123	4	HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à História Contemporânea. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005.	Selo Negro	978-8587478313
9	61123	2	DAMATTA, Roberto da. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.	Livraria da Física	978-8578615185
10	61123	4	MOLINA, Ana Heloisa; LUZ, José da (Orgs). Museus e lugares de memória. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018.	Rocco	978-8532507594

1. DAS ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.1. Este processo consiste na aquisição de acervo físico bibliográfico para atender às necessidades do Curso de História da Faculdade de Educação (FaE). Os materiais deverão ser novos, em língua portuguesa, com boa qualidade de impressão, encadernação resistente e em conformidade com as edições atualizadas recomendadas pelas ementas das disciplinas do curso.

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 2023.

2. DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, considerando o Estudo Técnico Preliminar.

3. PARTICIPAÇÃO NA COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS - COTEP

3.1. A participação na presente Cotação Eletrônica de Preços - COTEP se dará exclusivamente por meio do [Portal de Compras do Estado de Minas Gerais](#).

3.1.1. As orientações para participação na Cotação Eletrônica de Preços - COTEP são apresentadas no [Manual COTEP MG - NLLC - Versão Fornecedor](#).

3.1.2. A aplicação dos benefícios previstos no arts. 49, inciso IV e 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 c/c o art. 14, inciso III, do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, ocorrerá de acordo com o estabelecido no Anexo I - Termo de Referência.

3.1.3. A obtenção do benefício a que se refere o subitem 3.1.2:

3.1.3.1. não se aplica no caso de contratação direta para contratações de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.1.3.2. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.1.3.3. para efeitos de observância do limite financeiro previsto nos subitens 3.1.3.1. e 3.1.3.2, deverá ser considerado o valor a ser despendido em toda a vigência contratual, incluindo eventuais prorrogações ou as vigências originais plurianuais.

3.1.4. Para fins do disposto neste aviso, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, se dará da seguinte forma:

3.1.4.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

3.1.4.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 2006;

- 3.1.4.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 1991;
- 3.1.4.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;
- 3.2. **Poderão participar** desta COTEP os fornecedores cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto deste instrumento convocatório, e que estejam regularmente inscritos no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF do Estado de Minas Gerais, conforme Decreto Estadual nº 47.524, de 2018, e da Resolução SEPLAG nº 93, de 2018.
- 3.2.1. A inscrição no CAGEF deve ser realizada no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da COTEP, por meio do site www.compras.mg.gov.br - [Opção Cadastro de Fornecedores](#).
- 3.2.2. Cada fornecedor deverá inscrever, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um fornecedor na presente COTEP.
- 3.2.3. O representante receberá uma senha eletrônica de acesso, de caráter pessoal e intransferível, ficando excluída da responsabilidade do provedor ou do órgão/entidade promotora da COTEP por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 3.2.4. É dever do responsável legal conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.2.5. A inscrição junto ao provedor do sistema implica a presunção da capacidade técnica do fornecedor e do seu representante para realização das transações inerentes à COTEP.
- 3.2.6. **O fornecedor se responsabiliza:**
- 3.2.6.1. pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;
- 3.2.6.2. pelo acompanhamento das operações no sistema, admitindo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.2.7. Informações complementares a respeito da inscrição podem ser obtidas no site www.compras.mg.gov.br ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores, via e-mail: cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br, com horário de atendimento de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 16:00h.
- 3.3. **Não poderão participar** desta COTEP os fornecedores:
- 3.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e seu(s) anexo(s);
- 3.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.3.3. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 3.3.4. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- 3.3.4.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.3.4.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.3.4.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação direta versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.3.4.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da COTEP, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme legislação vigente.
- 3.3.4.3.1. O impedimento de que trata o subitem anterior será também aplicado ao participante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do participante.
- 3.3.4.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na COTEP ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 3.3.4.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei Federal nº 6.404, de 1976](#), concorrendo entre si.
- 3.3.4.6. empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, “a”, c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República.
- 3.3.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.4.8. Devido a baixa complexidade do objeto a ser contratado, será vedado a participação de “empresas reunidas em consórcio” e “sociedades cooperativas”.

4. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E INGRESSO NA COTEP

4.1. Durante o período estabelecido neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, o fornecedor interessado encaminhará a sua proposta, exclusivamente, por meio do [Portal de Compras do Estado MG](#), informando, obrigatoriamente no sistema:

4.1.1. **O valor unitário e o valor total para cada lote.**

4.2. Os preços ofertados, tanto na fase do lançamento da proposta no sistema, quanto na sessão de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, e deverão:

4.2.1. ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

4.2.2. incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do fornecedor, inclusive os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.3. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I -Termo de Referência, e do compromisso de cumprir o objeto nos seus termos, bem como de prestar serviços em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução do objeto, promovendo, quando requerido, sua substituição, quando for o caso.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior à 60 (sessenta) dias corridos, a contar de abertura da sessão pública.

4.6. No cadastramento da proposta, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do Portal de Compras, às seguintes declarações:

4.6.1. que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, declara que a sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos, nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1.988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo a atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.

4.6.2. que inexistente impedimento à sua habilitação, e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante;

4.6.3. que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1.988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

4.6.4. a ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação direta

4.6.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

4.6.6. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras;

4.6.7. No caso de fornecedor beneficiário (ME/EPP/Equiparadas) indicado no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, também deverá ser declarado:

4.6.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.7.2. que caso possua restrição no(s) documento(s) de regularidade fiscal, assume o compromisso de promover a regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação.

4.7. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais **que usufruem do benefício de isenção do ICMS**, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 48.589, de 2023, deverão informar na(s) proposta(s) que será(ão) encaminhada(s) no Portal de Compras, o(s) preço(s) resultante(s) da dedução do ICMS, conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 2003 e alterações.

4.7.1. As fases de classificação das propostas, etapa de lances, o julgamento dos preços, a adjudicação e a

homologação serão realizadas a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.

- 4.7.2. O disposto nos subitens 4.7 e 4.7.1. não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.
- 4.8. As informações da(s) proposta(s) comercial(is) encaminhada(s) pelo sistema podem ser alteradas pelo fornecedor até a data e horário marcados para a abertura da sessão.

5. FASE DE LANCES

- 5.1. Na data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, a sessão pública será automaticamente aberta para o envio de lances públicos e sucessivos, sendo encerrada no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.
- 5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do [Portal de Compras MG](#).
- 5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote único.
- 5.2.2. O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando for o caso, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 5.2.3. O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, quando for o caso, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 5.3. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.
- 5.4. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para envio de lances, o Portal de Compras MG ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação, observado o respectivo critério de julgamento.
- 5.5. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.
- 5.6. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.7. Na hipótese de haver lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no Portal de Compras MG.
- 5.7.1. Na hipótese de não serem enviados lances, e haver empate entre duas ou mais propostas, será realizado sorteio para classificação das propostas empatadas.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a compra.
- 6.1.1. Havendo necessidade, o responsável pelo procedimento poderá suspender a sessão posteriormente à conclusão da etapa de lances, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.2. Poderá haver a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG e de forma pública e transparente. O(s) valor(es) da negociação deverá(ão) ser registrado(s) em campo próprio do referido sistema.
- 6.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, tiver a sua proposta desclassificada em razão de sua oferta permanecer acima do preço máximo definido para a compra, a negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG, respeitada a ordem de classificação.
- 6.4. Estando o preço compatível, será solicitado ao fornecedor classificado em primeiro lugar o envio da sua proposta comercial assinada e adequada ao(s) último(s) valor(es) ofertado(s) ou, quando não ocorrerem lances, contendo o(s) preço(s) inicialmente ofertado(s), devendo ser observado o modelo apresentado no Anexo II – Proposta Comercial, e o disposto a seguir.
- 6.4.1. A proposta deverá conter a descrição do objeto ofertado e o preço unitário e total, devidamente atualizado.
- 6.4.2. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.
- 6.4.3. Caso esteja classificado em primeiro lugar, o fornecedor mineiro, não optante pelo Simples Nacional, deverá:
- 6.4.3.1. informar na proposta comercial o preço resultante da dedução do ICMS e o preço com ICMS.
- 6.4.3.2. anexar à sua proposta comercial, a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o responsável pelo procedimento, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>.
- 6.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área técnica especializada no objeto.

- 6.6. Será desclassificada a proposta classificada em 1º lugar:
- 6.6.1. que contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2. que descumprir às especificações técnicas pormenorizadas contidas neste instrumento convocatório;
- 6.6.3. que apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a compra;
- 6.6.4. que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e/ou
- 6.6.5. que apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento convocatório, desde que insanável.
- 6.7. Será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 6.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, por apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.11. **Da Prova de Conceito:**
- 6.11.1. Não haverá prova de conceito para a presente contratação.

7. HABILITAÇÃO

- 7.1. Como condição prévia ao exame dos documentos de habilitação do fornecedor classificado em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura compra, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO* - CPF
CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do ;	SIM	SIM	NÃO
CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul	SIM	SIM	NÃO
Consulta da situação eleitoral, acessível pelo site https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome	NÃO	SIM	NÃO
Certidão de Licitantes Inidôneos TCU, acessível pelo site https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111970551082228::::P3_TIPO:CPF		SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantidos pela Contraladoria-Geral da União (CGU), acessível pelo site https://certidoes.cgu.gov.br/	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO* - CPF
Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acessível pelo site https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form .		SIM	SIM
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Integra 4 certidões: (1) Licitantes Inidôneos, (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas . Acesso disponível no site https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/	SIM	NÃO	NÃO
<p>Nota: * A consulta ao cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será realizada em nome do fornecedor melhor classificado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.</p>			

- 7.1.1. Caso conste na consulta a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.1.3. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 7.1.4. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.2. Caso atendidas as condições de participação, o responsável pelo procedimento iniciará a análise dos documentos de habilitação do fornecedor classificado em 1º lugar, sendo exigidas somente aquelas elencadas no Anexo I - Termo de Referência.
- 7.2.1. A verificação dos documentos será realizada por meio de consulta ao Cagef, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.
- 7.2.2. O fornecedor deverá manter atualizadas as comprovações constantes do CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.
- 7.2.3. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no subitem 7.2.1, ou de documentos não constantes do Cagef, o fornecedor melhor classificado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 7.2.3.1. A não regularização dos documentos constantes do CRC no prazo do subitem anterior implicará a inabilitação do fornecedor, salvo se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 7.2.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.2.4.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.2.4.2. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.3. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Licitação Por Valor.
- 7.4. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 7.5. Constatado o pleno atendimento às exigências deste instrumento convocatório, o fornecedor será habilitado.

8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 8.1. Encerradas as etapas de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. Na hipótese de procedimento cuja pesquisa de preços tenha sido realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do art. 10 da Resolução Seplog nº 102, de 2022,

deverá ser juntada aos autos da contratação a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira de que trata o inciso V do caput do art. 6º da Resolução Seplag n. 34 de 2023, como requisito para os atos de adjudicação e homologação.

8.2. Ao homologar o procedimento, as informações serão enviadas ao PNCP automaticamente, e ficarão disponíveis para consulta no Portal de Compras.

8.2.1. A ata ficará disponível no Portal de Compras, bem como será apensada aos autos do processo de contratação.

9. CONTRATAÇÃO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, o fornecedor a ser contratado será convocado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de prazo 05 (cinco) dias úteis, de acordo com o art. 90 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob pena de decair do direito à compra, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.

9.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.1.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes desta contratação direta, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

9.2. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e de compra consignadas neste Aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

9.2.1. As condições de apresentação de Garantia da Execução são aquelas previstas no Anexo I - Termo de Referência.

9.2.2. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no momento de assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou se recuse a assiná-lo, serão convocados os fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação.

9.3. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.3.1. O instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

9.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e concordam com os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma lei.

9.5. O prazo de vigência da contratação encontra-se previsto no Anexo I - Termo de Referência.

9.6. Decorrido o prazo de validade da(s) proposta(s) comercial(is), sem convocação para assinatura do contrato, aceite ou retirada de instrumento equivalente, ficam os fornecedores liberados dos compromissos assumidos.

9.7. O instrumento de contrato, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais -SEI/MG

9.7.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá (ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

9.7.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail atendimentosei@planejamento.mg.gov.br.

9.7.3. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

10. SANÇÕES

10.1. As sanções são aquelas previstas no Anexo I - Termo de Referência.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e encaminhado automaticamente por mensagem eletrônica para os representantes de fornecedores inscritos no Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEF, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

11.2. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante sessão pública observarão o horário de

Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

- 11.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 11.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 11.5. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.
- 11.6. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado deste procedimento de contratação direta.
- 11.7. O fornecedor contratado será constantemente avaliado em termos de suas entregas.
- 11.8. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes deste procedimento, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
- 11.9. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Aviso de Dispensa de Licitação por Valor no site: www.compras.mg.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br
- 11.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 11.11. Integram este Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;
ANEXO II - Modelo Proposta Comercial;
ANEXO III - Modelo de Declarações;

João Eric Mendes Lopes
Gerente de Compras, Logística e Patrimônio
Universidade do Estado de Minas Gerais



Documento assinado eletronicamente por **João Eric Mendes Lopes**, Gerente, em 05/05/2026, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **135204413** e o código CRC **B124E72C**.

**TERMO DE REFERÊNCIA**

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRAS
15/01/2026	Universidade do Estado de Minas Gerais	2351600

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: Ivana de Oliveira Carvalho E-mail: ivana.carvalho@uemg.br Ramal para contato: (31)3239-5917 (Simone)	Faculdade de Educação - FaE/UEMG

1. DO OBJETO E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de livros didáticos, sob a forma de entrega integral, nos termos na tabela abaixo e conforme condições e exigência estabelecidas neste documento.

**LOTE 1: HISTÓRIA DO BRASIL E AMÉRICA (GRANDES COLEÇÕES)
Editoras predominantes: Edusp, Objetiva, Hucitec e Civilização Brasileira**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORA	ISBN
1	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: América Latina Colonial (Volume 1) . São Paulo: Edusp, 1997.	Edusp	978-8531404122
2	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: América Latina Colonial (Volume 2) . São Paulo: Edusp, 1999.	Edusp	978-8531404979
3	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: Da Independência a 1870 (Volume 3) . São Paulo: Edusp, 2018	Edusp	978-8531405877

4	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: de 1870 a 1930 (Volume 4) . São Paulo: Edusp, 2002	Civilização Brasileira	978-8532660305
5	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: América Latina Após 1930: Estado e Política (Volume 7) . São Paulo: Edusp, 2015	Civilização Brasileira	978-8532631824
6	61123	4	FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria. O Brasil Colonial (Volume 1): 1443-1580 . São Paulo: Civilização Brasileira , 2014	Civilização Brasileira	978-8520009444
7	61123	4	FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria. O Brasil Colonial (Volume 2): 1480-1720 . São Paulo: Civilização Brasileira , 2014	Civilização Brasileira	978-8520010785
8	61123	4	FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria. O Brasil Colonial (Volume 3): 1720-1821 . São Paulo: Civilização Brasileira , 2014	Civilização Brasileira	978-8520011331
9	61123	4	GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). O Brasil imperial: volume 1-1808-1831 . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2017.	Civilização Brasileira	978-8520008638
10	61123	4	GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). O Brasil imperial: volume 2 - 1831-1870 . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2017.	Civilização Brasileira	978-8520008676
11	61123	4	FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) O Brasil republicano: livro 1 : o tempo do liberalismo excludente : da Proclamação da República à Revolução de 1930 . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2006.	Civilização Brasileira	978-8520006221
12	61123	4	FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário: livro 4 : Ditadura militar e redemocratização - Quarta República (1964-1985) . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2019.	Civilização Brasileira	978-8520013601

13	61123	3	REIS, Daniel Aarão (Coord). Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010. São Paulo: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; vol. 5)	Objetiva	978-8539005536
14	61123	4	BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2010.	Hucitec	978-8560438365

LOTE 2: TEORIA DA HISTÓRIA METODOLOGIA E ENSINO
Editoras predominantes: Vozes, Penso e Contexto

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORIA	ISBN
1	61123	3	BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.	Vozes	978-8532662736
2	61123	3	BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.	Vozes	978-8532660305
3	61123	4	BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.	Vozes	978-8532631824
4	61123	3	BARROS, José D'Assunção. Teoria da história: volume 1: princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.	Vozes	978-8532624659
5	61123	3	BARROS, José D'Assunção. Teoria e formação do historiador. Petrópolis: Vozes, 2017.	Vozes	978-8532654465

6	61123	3	DE LUCA, Tania Regina. Práticas de pesquisa em história. São Paulo: Contexto, 2020.	Contexto	978-6555410174
7	61123	3	KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.	Contexto	978-8572442169
8	61123	3	FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2003.	Contexto	978-8572442510
9	61123	4	BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. [Porto Alegre]: Penso, 2018.	Penso	978-8584291151
10	61123	3	KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2012	Contexto	978-8572443616
11	61123	4	PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.	Contexto	978-8572443487

LOTE 3: HISTÓRIA GERAL, MUNDIAL E FILOSOFIA
Editoras: Paz e Terra, Paulus e Companhia das Letras

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORA	ISBN
1	61123	4	HOBSBAWM, E. J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 464p.	Paz e Terra	978-8577530991
2	61123	4	HOBSBAWM, Eric J. A Era do Capital: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.	Paz e Terra	978-8577531004

3	61123	4	HOBBSAWM, E. J. A era dos imperios: 1875-1914. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.	Paz e Terra	978-8577531011
4	61123	4	DUARTE, André. O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.	Paz e Terra	978-8521903581
5	61123	4	REALE Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia: Filosofia pagã antiga. Vol. 1. São Paulo: Paulus, 2003.	Paulus	978-8534919708
6	61123	4	REALE Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia: volume 3: do Humanismo a Descartes. São Paulo: Paulus, 2003.	Paulus	978-8534921022
7	61123	4	BRILLAT-SAVARIN, Jean-Anthelme. A fisiologia do gosto. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.	Companhia das Letras	978-8592754051
8	61123	4	WOLFFLIN, Heinrich. Conceitos fundamentais da historia da arte. São Paulo: Martins Fontes, 1984	Martins fontes	978-8580632095

LOTE 4: PENSAMENTO SOCIAL, POLÍTICO E CULTURAL
Editoras: Unesp, FGV, Alameda, É Realizações, Intersaberes

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORA	ISBN
1	61123	4	BENHABIB, Seyla et. al. Debates feministas: um intercâmbio filosófico. São Paulo: Unesp, 2018.	UNESP	978-8539307654
2	61123	4	CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel (orgs). Direitos dos povos indígenas em disputa. São Paulo: Unesp, 2018.	UNESP	978-8539307159
3	61123	4	BOTO, Carlota. Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.	Unesp	978-8539306879

4	61123	4	REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.	FGV	978-8522505968
5	61123	4	SOUZA, Ricardo Luiz de. Pensamento social brasileiro: de Euclides da Cunha a Oswald Andrade. São Paulo: Alameda, 2018.	Alameda	978-8579394621
6	61123	3	LACERDA, Gustavo Biscaia de. Pensamento social e político brasileiro. Curitiba: Intersaberes, 2017.	Intersaberes	978-8559724349
7	61123	2	CHATELET, Francois; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. História das ideias políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.	Zahar	978-8571101326
8	61123	4	BOTO, Carlota. Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.	Unesp	978-8539306879

**LOTE 5: DIVERSIDADE HISTÓRICA, SOCIAL E GEOGRÁFICA
(RESIDUAL OTIMIZADO)**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORA	ISBN
1	61123	4	ANDERSON, Perry. Linhagens do estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1989.	Brasiliense	978-8539306558
2	61123	4	CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: conceitos e temas. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.	Bertrand Brasil	978-8528605457
3	61123	3	CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Campinas: Papyrus, 2014.	Papyrus	978-8530809461

4	61123	4	MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.	Companhia das Letras	978-8535933000
5	61123	2	SOUZA, Jessé. Como o racismo criou o Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.	Global	978-8526022720
6	61123	4	SPIVAK, Gayatri Chakrovorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.	Estação Brasil	978-6557330104
7	61123	4	BELTRAN, Maria Helena Roxo; TRINDADE, Laís dos Santos Pinto (org.). História da ciência e ensino: abordagens interdisciplinares. São Paulo: Livraria da Física, 2017.	Editora UFMG	978-8570418166
8	61123	4	HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à História Contemporânea. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005.	Selo Negro	978-8587478313
9	61123	2	DAMATTA, Roberto da. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.	Livraria da Física	978-8578615185
10	61123	4	MOLINA, Ana Heloisa; LUZ, José da (Orgs). Museus e lugares de memória. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018.	Rocco	978-8532507594

1.2. DAS ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.2.1. Este processo consiste na aquisição de acervo físico bibliográfico para atender às necessidades do Curso de História da Faculdade de Educação (FaE). Os materiais deverão ser novos, em língua portuguesa, com boa qualidade de impressão, encadernação resistente e em conformidade com as edições atualizadas recomendadas pelas ementas das disciplinas do curso.

1.2.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 2023.

1.3. DA CONTRATAÇÃO:

1.3.1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, considerando o Estudo Técnico Preliminar.

2. DOS LOTES:

2.1. DO AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES:

2.1.1. Considerando as características do mercado editorial, no qual a comercialização de livros didáticos está condicionada à atuação de distribuidores e fornecedores autorizados pelas editoras detentoras dos direitos de comercialização, bem como visando assegurar maior competitividade, economicidade e eficiência procedimental, o objeto foi dividido em **05 (cinco) lotes**, conforme descrito neste Termo de Referência.

2.1.2. O agrupamento dos itens em lotes observou critérios combinados de **afinidade temática, volume de obras, perfil mercadológico dos fornecedores e viabilidade operacional da COTEP**, de modo a evitar a fragmentação excessiva do objeto em micro-lotes, bem como a formação de lote único que pudesse restringir a competitividade.

2.1.3. Foram constituídos lotes com quantitativos e composições equilibradas, contemplando obras correlatas sob o ponto de vista acadêmico e editorial, permitindo a participação tanto de fornecedores especializados quanto de distribuidores generalistas, sem prejuízo à ampla concorrência e à isonomia entre os licitantes.

2.1.4. A definição dos títulos que compõem cada lote permanece integralmente orientada pelas **necessidades pedagógicas e curriculares do Curso de História**, conforme o respectivo Projeto Pedagógico do Curso, enquanto o critério de loteamento adota fundamento predominantemente **mercadológico e operacional**, com vistas a assegurar maior fluidez na condução do certame, redução de riscos de licitação deserta ou fracassada e adequada execução contratual.

2.1.5. Dessa forma, a divisão do objeto em 05 (cinco) lotes mostra-se a solução mais vantajosa para a Administração, por conciliar os princípios da **economicidade, eficiência, competitividade e interesse público**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. DOS LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

2.2.1. A participação na presente contratação é aberta a todos (sem exclusividade ou reserva de lotes para microempresas/ME, empresas de pequeno porte/EPP e equiparados aos benefícios do Decreto nº 47.437, de 2018, e Lei Complementar nº 123, de 2006), considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Art. 14 – Não se aplica o disposto nos arts. 8º a 11 às seguintes hipóteses:

I – não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte que não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente (grifo nosso) (...)

§ 1º – Para efeito do disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajoso para a administração, entre outros casos:

I – quando a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios; (grifo nosso)

Em virtude da relevância do acervo bibliográfico para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, justifica-se a necessidade de sua aquisição como forma de garantir suporte adequado ao ensino, à pesquisa e à extensão no âmbito do Curso de História. A disponibilização desses materiais é

fundamental para assegurar a qualidade da formação dos discentes e o cumprimento dos objetivos pedagógicos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Sugerimos que o presente certame seja aberto a todos os licitantes, e não haja exclusividade de lotes para ME e EPP, considerando-se a especificidade de vários itens, em que há poucas opções de fornecedores, limitando a disponibilidade no mercado. Diante disso, a aplicação da exclusividade poderia gerar licitação deserta ou frustrada, portanto, é mais vantajoso para a Administração Pública oportunizar a todos a participação no certame, a luz dos princípios da economicidade e da supremacia do interesse público.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) passou a ofertar a partir do primeiro semestre de 2024 a Licenciatura em História, um curso presencial com duração de quatro anos, voltado para a formação de professores, e com uma estrutura curricular que combina teoria e prática para a atuação na educação básica e em outras áreas culturais e históricas. O curso é ofertado na Faculdade de Educação, Campus Belo Horizonte. A aquisição das obras didáticas se justifica para atender ao Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História que propõe obras de referência bibliográfica básica e complementar dos componentes curriculares descritos. A disponibilidade dessas obras é fundamental para a formação acadêmica e científica dos estudantes e pesquisadores da Universidade.

3.2. A aquisição de livros didáticos de História é essencial para suprir a necessidade da Administração no que se refere à oferta de uma educação pública de qualidade, equitativa e alinhada às diretrizes curriculares nacionais. A contratação garante o fornecimento de materiais pedagógicos atualizados, padronizados e adequados ao nível de ensino e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), possibilitando que todos os alunos tenham acesso igualitário aos conteúdos exigidos. Essa medida também atende à necessidade de apoio ao corpo docente, fornecendo recursos didáticos que auxiliam na organização e no desenvolvimento das aulas, promovendo um processo de ensino, aprendizagem mais eficiente. Além disso, a falta de livros compromete diretamente o desempenho escolar, aumentando as desigualdades educacionais e prejudicando o cumprimento dos objetivos pedagógicos da instituição. Portanto, a contratação supre uma demanda contínua e indispensável para o funcionamento adequado da rede de ensino, contribuindo para a formação cidadã, crítica e histórica dos estudantes. **a) Por que contratar?** Para garantir que os alunos da rede pública tenham acesso ao material didático necessário para acompanhar o conteúdo curricular, assegurando qualidade no processo de ensino, aprendizagem e cumprimento das normas educacionais. **b) Para que contratar?** Para disponibilizar livros de História atualizados, coerentes com os objetivos pedagógicos da instituição, proporcionando recursos de apoio ao professor e aos estudantes durante o ano letivo. **c) Qual o objetivo da contratação?** O objetivo é promover uma educação histórica de qualidade, crítica e reflexiva, assegurando que os alunos desenvolvam competências e habilidades exigidas pela BNCC, além de contribuir para sua formação cidadã e compreensão dos processos históricos. **d) Qual o impacto de ficar sem a contratação?** A ausência dos livros prejudicará diretamente o processo de ensino, aprendizagem, dificultando o acompanhamento das aulas, comprometendo o desempenho dos estudantes e gerando desigualdade de acesso ao conteúdo. Também impacta negativamente o planejamento pedagógico dos docentes e a qualidade da educação ofertada pela Administração.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

4.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente, conforme o Estudo Técnico Preliminar.

4.2. DA SUBCONTRATAÇÃO:

4.2.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

4.3. DA SUSTENTABILIDADE:

4.3.1. Os critérios de sustentabilidade da contratação devem ser atendidos de

acordo com os seguintes requisitos:

- 4.3.1.1. Avaliação da responsabilidade ambiental do fornecedor: Verificar se o fornecedor de livros didáticos possui políticas e práticas que promovam a responsabilidade ambiental em sua cadeia de produção. Isso pode incluir o uso de materiais reciclados ou de origem sustentável, a adoção de práticas de gestão de resíduos e a redução do uso de embalagens desnecessárias.
- 4.3.1.2. Uso de materiais sustentáveis: Dar preferência a livros didáticos que sejam produzidos com materiais sustentáveis, como papel reciclado ou certificado pelo manejo florestal responsável. Além disso, é importante considerar a utilização de embalagens eco-friendly, que sejam recicláveis ou biodegradáveis.
- 4.3.1.3. Reutilização e reaproveitamento: Verificar se os livros didáticos permitem a reutilização de materiais, como folhas de resposta ou itens complementares, evitando descartes desnecessários e incentivando práticas de economia circular.
- 4.3.1.4. Certificações e normas de qualidade: Priorizar livros didáticos que sejam produzidos em conformidade com normas de qualidade reconhecidas e que possuam certificações ambientais, como a ISO 14001, que atestam o compromisso com a sustentabilidade e a redução do impacto ambiental.
- 4.3.1.5. Responsabilidade social: Avaliar se o fornecedor de livros didáticos adota práticas de responsabilidade social, como a valorização dos direitos trabalhistas, a promoção da diversidade e inclusão, e o apoio a iniciativas sociais ou comunitárias.
- 4.3.1.6. Ciclo de vida dos materiais: Considerar o ciclo de vida dos livros didáticos, desde a produção até o descarte. Isso inclui a análise da durabilidade dos materiais, a facilidade de reciclagem ou descarte adequado, e a minimização do impacto ambiental ao longo do ciclo de vida do produto.
- 4.3.1.7. Priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis na cadeia produtiva, como fontes renováveis de energia.
- 4.3.1.8. Verificar a logística reversa adotada pelo fornecedor para recolhimento e destinação dos resíduos.

4.4. DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA OU MODELO:

- 4.4.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

4.5. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:

- 4.5.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

4.6. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

- 4.6.1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

4.7. DA CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DA GARANTIA DO PRODUTO, DA MANUTENÇÃO E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

- 4.7.1. Será aplicada ao produto/bem somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC) de (30 dias - produtos não duráveis); (90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento definitivo do produto.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. DO PRAZO DE ENTREGA:

- 5.1.1. O prazo de entrega do objeto até 10 (dez) dias úteis contado do dia seguinte ao

recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em remessa única.

5.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o Contratado poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo para a Universidade do Estado de Minas Gerais, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.2. DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

5.2.1. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: **Avenida Prudente de Moraes, 444, Cidade Jardim, Belo Horizonte - MG, 30380-002 no horário de 08h00 às 17h00.**

5.2.2. Os materiais deverão ser entregues diretamente a servidora **Simone Benedito Martins Rodrigues, Bibliotecária da Unidade Acadêmica** ou na falta desta, a **Júnia Benigna Miranda Camillozzi, Analista Universitário da Unidade Acadêmica, telefone (31)3239-5917.**

5.2.3. O frete e descarregamento dos produtos ficarão a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. DO RECEBIMENTO:

6.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta.

6.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.3. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento das exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, **em até quinze dias corridos**, contados a partir do recebimento provisório.

6.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990.

6.2. Da liquidação:

6.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do Contratante.

6.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.2.2.1. O vencimento;

6.2.2.2. A data da emissão;

6.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

6.2.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

6.2.2.5. O valor a pagar; e

6.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

6.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

6.2.4. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. **Do pagamento:**

6.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 trinta dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

6.3.2. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.3.6. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado, entregue e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do contratado e rescisão contratual.

6.4. **Da Retenção Imposto de Renda na Fonte:**

6.4.1. Considerando que o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento de recurso extraordinário (RE 607.886), fixou tese com repercussão geral (TEMA 1130), em que se decidiu pertencer aos municípios, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações, a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços, em cumprimento ao disposto no art. 157, I da Constituição Federal;

6.4.2. Considerando as recomendações contidas no Parecer Jurídico nº 16.457/2022, expedido pela Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais - AGE/MG;

6.4.3. Considerando o disposto na Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, expedida pela Receita Federal do Brasil, e alterações;

6.4.4. As unidades gestoras de orçamento e finanças da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Minas Gerais, ao efetuarem pagamento à pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, ficam obrigadas a procederem com a retenção do Imposto de Renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores, observando:

6.4.4.1. Os valores retidos deverão ser recolhidos imediatamente ao Tesouro Estadual - Secretaria de Estado de Fazenda - SEF/MG, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI/MG);

6.4.4.2. As retenções do I.R. deverão ser efetuadas de forma imediata, sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura, devendo ser destacadas no corpo do documento fiscal, observando-se as alíquotas estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012. Anexo I - TABELA DE RETENÇÃO, disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=37200>;

6.4.4.3. A obrigação de retenção do I.R. alcançará todos os contratos vigentes, relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades, que deverão orientar seus prestadores de serviços e fornecedores de bens a emitirem as notas fiscais em observância às regras de retenção, salvo as exceções estabelecidas pela legislação tributária;

6.4.4.4. As retenções efetuadas serão consideradas como antecipação do valor devido pelos contribuintes e serão objeto de dedução, compensação ou restituição na forma da legislação específica;

6.4.4.5. Configura obrigação do órgão/entidade cobrar a comprovação da situação especial para a não incidência, seja ela decorrente de enquadramento de imunidade, isenção ou qualquer forma ou condição excepcional observada pela legislação federal.

7. DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Regras Gerais:

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº. 48.587, de 2023.

7.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.2. **Da fiscalização do Contrato:**

7.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.1.1. **Fica designado como Fiscal a servidora Simone Benedito Martins Rodrigues Masp 365146-0 lotada na Unidade SEI UEMG/FAE/BIBLIOTECA, e em sua ausência como fiscal suplente a servidora Júnia Benigna Miranda Camillozzi, MASP 976823-5, lotada na Unidade SEI UEMG/FAE/BIBLIOTECA, para acompanhar e fiscalizar como representante da Administração, atendendo às exigências contidas no art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.**

7.2.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.3. **Da Gestão do Contrato:**

7.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.1.1. **Fica designado como Gestor de contrato a servidora Diretora da Unidade Acadêmica Ivana de Oliveira Carvalho, MASP 876255-1, lotada na Unidade SEI UEMG/FAE/DIRETORIA, e em sua ausência como gestor suplente a servidora Vice-Diretora da Unidade Acadêmica Liliane Souza e Silva, MASP**

1456542-8, lotada na Unidade SEI UEMG/FAE/DIRETORIA, atendendo às exigências contidas no art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade dispensa de licitação por valor (COTEP) conforme art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, conforme art. 33, da referida Lei Federal, tendo em vista a justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

8.2. Dos critérios da aceitabilidade da proposta:

8.2.1. A proposta comercial deverá conter minimamente as seguintes informações:

8.2.1.1. Descrição completa e detalhada dos itens propostos, incluindo marca e modelo ofertados;

8.2.1.2. Valor unitário dos itens e valor total para todo o período, incluídos as despesas tais como: impostos, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras que incidirem sobre o fornecimento;

8.2.1.3. Validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública.

8.2.1.4. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais (ou mais casas decimais, mediante justificativa) após a vírgula.

8.2.2. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

8.2.3. O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

8.2.4. O reconhecimento de firma do instrumento de procuração, pública ou particular, somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal, nos termos do artigo 12, V, da Lei nº 14.133/2021.

8.2.5. Os fornecedores deverão enviar, via sistema eletrônico, juntamente com a proposta comercial, ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto que identifique o produto ofertado e todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes as demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.2.5.1. A exigência destes documentos é meio legal de garantir que o produto ofertado pelo fornecedor atende integralmente o descritivo especificado pela Universidade do Estado de Minas Gerais e se justifica se justifica necessidade de assegurar a transparência e correta especificação dos produtos (livros didáticos).

8.2.6. Serão desclassificadas, de acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas que:

8.2.6.1. Contiverem vícios insanáveis;

8.2.6.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório;

8.2.6.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

8.2.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.2.6.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

8.3. **Da amostra:**

8.3.1. Não será exigida a apresentação de amostras nessa contratação.

9. **DA HABILITAÇÃO:**

9.1. **Habilitação Jurídica:**

9.1.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pela(s) assinatura(s) da(s) Proposta(s) Comercial(is).

9.1.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.

9.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores.

9.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

9.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em

funcionamento no País.

9.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2. **Habilitação Fiscal, Social e trabalhista:**

9.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

9.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

9.2.3.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.

9.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.3. **Qualificação Econômica - Financeira:**

9.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

9.4. **Da Qualificação Técnica:**

9.4.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico - profissional.

10. **DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:**

10.1. **Do Contratante:**

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido,

no total ou em parte, às suas expensas.

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

10.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.

10.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.

10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

10.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 10.26.86, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso.

10.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

10.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

10.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

10.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. **Do contratado:**

10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;

10.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990;

10.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 10.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto n.º 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;
- 10.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 10.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- 10.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 10.2.11. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 10.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;
- 10.2.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 10.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 10.2.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere ao subitem acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- 10.2.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 10.2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de

fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.2.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.2.21. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.2.22. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato;

10.2.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

10.2.24. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;

10.2.25. O frete e descarregamento do produto ficará a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária e o pagamento de todos os custos diretos e indiretos.

10.2.26. O contratado deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

10.2.27. O contratado deverá fornecer produtos de boa qualidade, atendendo a todos os requisitos do Objeto e Termo de Referência.

10.2.28. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.

10.2.29. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.2.30. O contratado deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

10.2.31. O contratado deverá fornecer produtos de boa qualidade, atendendo a todos os requisitos do Objeto e Termo de Referência.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que

11.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

11.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- 11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 11.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;
- 11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- 11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013;
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens **11.1.8** a **11.1.12**, bem como nos subitens **11.1.2** a **11.1.7**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 11.2.4. **Multa:**
- 11.2.4.1. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 11.2.4.2. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.4. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.8. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, na

aplicação das sanções serão considerados:

- 11.8.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.8.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 11.8.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.8.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.8.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.

11.10. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos à sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

12.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público após o julgamento das propostas.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei nº 25698, 14 de janeiro de 2026.

13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 2.35.1.12.364.026.4.086.0001.4.4.90.52.14.0.10.1

13.2. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Responsável pela Elaboração:

Kildere Fernandes de Almeida, MASP: 1613785-3

Responsável pela Aprovação:

**Ivana de Oliveira Carvalho, MASP: 876255-1
Diretora da Unidade Acadêmica**



Documento assinado eletronicamente por **Kildere Fernandes de Almeida, Servidor (a) Público (a)**, em 09/02/2026, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivana de Oliveira Carvalho, Diretora**, em 09/02/2026, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **132658248** e o código CRC **6B31DCA2**.

Referência: Processo nº 2350.01.0002135/2026-69

SEI nº 132658248



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE BENS

PROPOSTA COMERCIAL PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR Nº 2351600 000002/2026 (preenchida em papel timbrado da proponente)					
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA		PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE			
Razão Social:					
CNPJ:					
Endereço:					
Telefone:					
Endereço Eletrônico:					
Nome do Representante Legal:					
CPF do Representante Legal:					
<p>1. A presente proposta tem por objeto a aquisição de livros didáticos, sob a forma de entrega integral, nos termos na tabela abaixo e conforme condições e exigência estabelecidas neste documento.</p> <p>LOTE 1: HISTÓRIA DO BRASIL E AMÉRICA (GRANDES COLEÇÕES) Editoras predominantes: Edusp, Objetiva, Hucitec e Civilização Brasileira</p>					
ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORA	ISBN
1	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: América Latina Colonial (Volume 1) . São Paulo: Edusp, 1997.	Edusp	978-8531404122

2	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: América Latina Colonial (Volume 2) . São Paulo: Edusp, 1999.	Edusp	978-8531404979
3	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: Da Independência a 1870 (Volume 3) . São Paulo: Edusp, 2018	Edusp	978-8531405877
4	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: de 1870 a 1930 (Volume 4) . São Paulo: Edusp, 2002	Edusp	978-8532660305
5	61123	4	BETHELL, Leslie. História da América Latina: América Latina Após 1930: Estado e Política (Volume 7) . São Paulo: Edusp, 2015	Edusp	978-8532631824
6	61123	4	FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria. O Brasil Colonial (Volume 1): 1443-1580 . São Paulo: Civilização Brasileira , 2014	Civilização Brasileira	978-8520009444
7	61123	4	FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria. O Brasil Colonial (Volume 2): 1480-1720 . São Paulo: Civilização Brasileira , 2014	Civilização Brasileira	978-8520010785
8	61123	4	FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria. O Brasil Colonial (Volume 3): 1720-1821 . São Paulo: Civilização Brasileira , 2014	Civilização Brasileira	978-8520011331
9	61123	4	GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). O Brasil imperial: volume 1-1808-1831 . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2017.	Civilização Brasileira	978-8520008638
10	61123	4	GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). O Brasil imperial: volume 2 - 1831-1870 . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2017.	Civilização Brasileira	978-8520008676
11	61123	4	FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.) O Brasil republicano: livro 1 : o tempo do liberalismo excludente : da Proclamação da República à Revolução de 1930 . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira , 2006.	Civilização Brasileira	978-8520006221

12	61123	4	FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org). O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário: livro 4 : Ditadura militar e redemocratização - Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.	Civilização Brasileira	978-8520013601
13	61123	3	REIS, Daniel Aarão (Coord). Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010. São Paulo: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; vol. 5)	Objetiva	978-8539005536
14	61123	4	BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2010.	Hucitec	978-8560438365

LOTE 2: TEORIA DA HISTÓRIA METODOLOGIA E ENSINO
Editoras predominantes: Vozes, Penso e Contexto

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORA	ISBN
1	61123	3	BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.	Vozes	978- 8532662736
2	61123	3	BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.	Vozes	978- 8532660305
3	61123	4	BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.	Vozes	978- 8532631824
4	61123	3	BARROS, José D'Assunção. Teoria da história: volume 1: princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.	Vozes	978- 8532624659

5	61123	3	BARROS, José D'Assunção. Teoria e formação do historiador. Petropolis: Vozes, 2017.	Vozes	978-8532654465
6	61123	3	DE LUCA, Tania Regina. Práticas de pesquisa em história. São Paulo: Contexto, 2020.	Contexto	978-6555410174
7	61123	3	KARNAL, Leandro (Org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2003.	Contexto	978-8572442169
8	61123	3	FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2003.	Contexto	978-8572442510
9	61123	4	BACICH, Lilian; MORAN, José (Orgs). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. [Porto Alegre]: Penso, 2018.	Penso	978-8584291151
10	61123	3	KARNAL, Leandro. História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2012	Contexto	978-8572443616
11	61123	4	PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.	Contexto	978-8572443487

LOTE 3: HISTÓRIA GERAL, MUNDIAL E FILOSOFIA

Editoras: Paz e Terra, Paulus e Companhia das Letras

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORA	ISBN
1	61123	4	HOBBSAWM, E. J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 464p.	Paz e Terra	978-8577530991

2	61123	4	HOBSBAWM, Eric J. A Era do Capital: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.	Paz e Terra	978-8577531004
3	61123	4	HOBSBAWM, E. J. A era dos imperios: 1875-1914. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.	Paz e Terra	978-8577531011
4	61123	4	DUARTE, André. O pensamento à sombra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.	Paz e Terra	978-8521903581
5	61123	4	REALE Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia: Filosofia pagã antiga. Vol. 1. São Paulo: Paulus, 2003.	Paulus	978-8534919708
6	61123	4	REALE Giovanni; ANTISERI, Dario. História da Filosofia: volume 3: do Humanismo a Descartes. São Paulo: Paulus, 2003.	Paulus	978-8534921022
7	61123	4	BRILLAT-SAVARIN, Jean-Anhelme. A fisiologia do gosto. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.	Companhia das Letras	978-8592754051
8	61123	4	WOLFFLIN, Heinrich. Conceitos fundamentais da história da arte. São Paulo: Martins Fontes, 1984	Martins fontes	978-8580632095

LOTE 4: PENSAMENTO SOCIAL, POLÍTICO E CULTURAL

Editoras: Unesp, FGV, Alameda, É Realizações, Intersaberes

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORA	ISBN
1	61123	4	BENHABIB, Seyla et. al. Debates feministas: um intercâmbio filosófico. São Paulo: Unesp, 2018.	UNESP	978-8539307654
2	61123	4	CUNHA, Manuela Carneiro da; BARBOSA, Samuel (orgs). Direitos dos povos indígenas em disputa. São Paulo: Unesp, 2018.	UNESP	978-8539307159

3	61123	4	BOTO, Carlota. Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.	Unesp	978-8539306879
4	61123	4	REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.	FGV	978-8522505968
5	61123	4	SOUZA, Ricardo Luiz de. Pensamento social brasileiro: de Euclides da Cunha a Oswald Andrade. São Paulo: Alameda, 2018.	Alameda	978-8579394621
6	61123	3	LACERDA, Gustavo Biscaia de. Pensamento social e político brasileiro. Curitiba: Intersaberes, 2017.	Intersaberes	978-8559724349
7	61123	2	CHATELET, Francois; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. História das ideias políticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.	Zahar	978-8571101326
8	61123	4	BOTO, Carlota. Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.	Unesp	978-8539306879

**LOTE 5: DIVERSIDADE HISTÓRICA, SOCIAL E GEOGRÁFICA
(RESIDUAL OTIMIZADO)**

ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO CATMAS	QUANTIDADE	DETALHAMENTO DO OBJETO (BIBLIOGRAFIA COMPLETA DO LIVRO)	EDITORA	ISBN
1	61123	4	ANDERSON, Perry. Linhagens do estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1989.	Brasiliense	978-8539306558
2	61123	4	CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Geografia: conceitos e temas. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.	Bertrand Brasil	978-8528605457

3	61123	3	CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Campinas: Papirus, 2014.	Papirus	978-8530809461
4	61123	4	MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.	Companhia das Letras	978-8535933000
5	61123	2	SOUZA, Jessé. Como o racismo criou o Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.	Global	978-8526022720
6	61123	4	SPIVAK, Gayatri Chakrovorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.	Estação Brasil	978-6557330104
7	61123	4	BELTRAN, Maria Helena Roxo; TRINDADE, Laís dos Santos Pinto (org.). História da ciência e ensino: abordagens interdisciplinares. São Paulo: Livraria da Física, 2017.	Editora UFMG	978-8570418166
8	61123	4	HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula: visita à História Contemporânea. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005.	Selo Negro	978-8587478313
9	61123	2	DAMATTA, Roberto da. A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.	Livraria da Física	978-8578615185
10	61123	4	MOLINA, Ana Heloisa; LUZ, José da (Orgs). Museus e lugares de memória. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018.	Rocco	978-8532507594

DAS ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

Este processo consiste na aquisição de acervo físico bibliográfico para atender às necessidades do Curso de História da Faculdade de Educação (FaE). Os materiais deverão ser novos, em língua portuguesa, com boa qualidade de impressão, encadernação resistente e em conformidade com as edições atualizadas recomendadas pelas ementas das disciplinas do curso.

O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 2023.

DA CONTRATAÇÃO:

Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Observações:

Prazo de Validade da Proposta:	** No mínimo 60 (sessenta) dias
Prazo de Execução:	
Local de Execução:	

Declaro que:

- serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor;
- nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente Dispensa de Licitação por Valor e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos;
- esta proposta foi elaborada de forma independente;

As informações disponibilizadas neste documento estão sujeitas ao previsto na Lei n.º 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Karelina Staut de Aguiar**, **Analista Universitário**, em 04/05/2026, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **135199655** e o código CRC **6300A10E**.

Referência: Processo nº 2350.01.0002135/2026-69

SEI nº 135199655



Belo Horizonte, 12 de março de 2026.

Declarações de Bem(Lei14133) UEMG/GCLP/COMPRAS Nº 135199801/2026

DECLARAÇÕES DE BEM(LEI14133)

ANEXO III - SUGESTÕES DE MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO CIÊNCIA INTEIRO TEOR DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, ciência em relação ao inteiro teor do aviso de dispensa de licitação e dos seus anexos, concorda com suas condições, declara que a sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos, nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo a atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA FATOS IMPEDITIVOS

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, que inexistente impedimento à sua habilitação, e comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE MENORES

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, a inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA CONTRATAÇÃO

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente contratação.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TRANSAÇÕES

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que caso possua restrição no(s) documento(s) de regularidade fiscal, assume o compromisso de promover a regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observado o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 3 DO DECRETO
ESTADUAL Nº 47.437, de 2018**

A _____, CNPJ nº. _____, com sede à _____, declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos legais para sua categorização como _____, estando no rol descrito no artigo 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018, não havendo quaisquer impedimentos que a impeça de usufruir do tratamento favorecido diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)



Documento assinado eletronicamente por **Karelina Staut de Aguiar, Analista Universitário**, em 04/05/2026, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **135199801** e o código CRC **6F11FF2D**.

Referência: Processo nº 2350.01.0002135/2026-69

SEI nº 135199801